

ÍNDICE

1 SUMÁRIO EXECUTIVO.....	9
2. INTRODUÇÃO	9
2.1 Objetivo	9
2.2 SCOPO.....	9
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)	9
3.1 Capital Social.....	10
3.2 Setor Desenvolvimento Económico	11
3.3 Setor do Desenvolvimento Infraestrutura.....	11
3.4 Setor Enquadramento Institucional.....	12
4. Classificação Económica	13
5. Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autónomas.....	14
5.1 Maior orçamento alocado nas LMs com sua execução.....	14
5.2 LMs que apresentam o desempenho menor no 3º trimestre	14
5.3 AAs com maior execução	15
5.4 Agencias Autónomas com menor execução	16
6. Orçamento alocado nas categorias económicas para Subsetor RAEOA.....	17
6.1 Subsetor RAEOA.....	17
6.2 Programas do Subsetor RAEOA	18
6.3. Programas de FED RAEOA	19
7. Fundos Especiais	20
7.1 Fundo Infraestrutura	20
7.3 Fundo Desenvolvimento do Capital Humano	22
8. Orçamento por Programas.....	22
8.1 Programas com maior execução	22
8.2 Programas com execução menor.....	23
9. Autoridades Municipais	24
9.1 Orçamento alocado nas Autoridades Municipais.....	24
9.2 Programas da AMs	25
10. COFOG.....	26

11. Virement	27
12. Receitas	28
12.1 Receitas da Administração Central	28
12.2 Receitas da REAOA.....	30

FIGURAS

Gráfico 1: Setor Capital Social com maior execução orçamental – 3.º trimestre	10
Gráfico 2: Setor Desenvolvimento Económico com maior execução orçamental.....	11
Gráfico 3: Setor Desenvolvimento Infraestrutura com maior execução orçamental.....	11
Gráfico 4: Enquadramento Institucional com maior execução orçamental.....	12
Gráfico 5: Execução das despesas por classificação económica – Administração Central	13
Gráfico 6: LMs com melhor desempenho na execução orçamental	14
Gráfico 7: LMs com nível de execução inferior	14
Gráfico 8: AAs com melhor desempenho na execução orçamental.....	15
Gráfico 9: Com nível de execução inferior.....	16
Gráfico 10: Execução das despesas por classificação económica – Subsetor RAEOA.....	17
Gráfico 11: Execução orçamental por programas	22
Gráfico 12: Execução orçamental dos Programas	23
Gráfico 13: Programas implantados pelas Autoridades Municipais	25
Gráfico 14: COFOG	26
Tabela 1: Programas integrados no Subsetor RAEOA	18
Tabela 2: Programa do FED RAEOA	19
Tabela 3: Programas do FI com seus respectivos gastos	20
Tabela 4: Execução orçamental dos programas implementados pelo FDCH	22
Tabela 5: Execução orçamental das Autoridades Municipais.....	24
Tabela 6: Top 5 Entidades que realizaram maior virement no 3.º trimestre	27
Tabela 7: Receitas recolhidas – Administração Central de Janeiro até Setembro.....	28
Tabela 8: Receitas da RAEOA de Jan até Setembro	30

ABREVIACÃO

APORTIL, I.P.	Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL), I.P.
AM AIL	Autoridade Municipal de Aileu
AM AIN	Autoridade Municipal de Ainaro
AM COV	Autoridade Municipal de Covalima
AM LAU	Autoridade Municipal de Lautém
AM LIQ	Autoridade Municipal de Liquiçá
AM MNTT	Autoridade Municipal de Manatuto
AM MNFH	Autoridade Municipal de Manufahi
AM VQQ	Autoridade Municipal de Viqueque
ADN, I.P.	Agência de Desenvolvimento Nacional, I.P.
TRADEINVEST, I.P.	Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.
ANAAA	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica
AMRT	Arquivo e Museu da Resistência Timorense
ANTL, I.P.	Arquivo Nacional de Timor-Leste, I.P.
AA Ataúro	Autoridade Administrativo de Ataúro
AACTL, I.P.	Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste, I.P.
AIFAESA	Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar
APC	Autoridade de Proteção Civil
AM BCU	Autoridade Municipal de Baucau
AM BBNR	Autoridade Municipal de Bobonaro
AM DILI	Autoridade Municipal de Díli
AM ERM	Autoridade Municipal de Ermera
ANC, I.P.	Autoridade Nacional de Comunicações, I.P.
BS	Bens e Serviços
RAEOA	Autoridade Região Administrativa Especial Oecússi Ambeno – RAEOA
CLN	Centro de Logístico Nacional
CNCI IP	Centro Nacional Chega! I.P.

CNEFP, I.P.	Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional – Tibar, I.P.
CNFP, I.P	Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, I.P.
CNR, I.P.	Centro Nacional de Reabilitação, I.P.
COFOG	Classificação das Funções do Governo
CAC	Comissão Anti – Corrupção
CFP	Comissão da Função Pública
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CI	Conselho de Imprensa
CD	Capital de Desenvolvimento
CM	Capital Menor
MCAS	Ministério do Coordenador dos Assuntos Sociais
DBF-TL	Dalan Ba Futuro – Timor-Leste
DGE	Dotações Geral do Estado
F-FDTL	Falintil – Força de Defesa de Timor Leste
FDCH	Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano
FRSS	Fundo Reserva Segurança Social
FEDA	Fundo Especial de Desenvolvimento Ataúro
FED RAEOA	Fundo Especial de desenvolvimento de Região Administrativa Especial De Oecusse Ambeno
FI	Fundo das Infraestruturas
GFTM	Gabinete da Fronteira e Terrestre e Marítima
GRP	Government Resource Planning
HNGV	Hospital Nacional Guido Valadares
INTL, I.P.	Imprensa Nacional de Timor-Leste, I.P.
IGE	Inspeção-Geral do Estado
IGT	Inspeção-Geral do Trabalho
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IGEADI	Instituto de Gestão de Equipamento e Apoio ao Desenvolvimento De Infraestrutura

BAMBU	Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu
INAP	Instituto Nacional da Administração Pública
INCT	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia
INCSIDA, IP	Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP
INFPM	Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Medicamentos
INSS	Instituto Nacional Segurança Social
INDIMO	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra
INDDICA	Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP
IQTL, I.P.	Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, I.P.
IPB	Instituto Politécnico de Betano
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental no 02/2022
LMSS	Ministérios e Secretários de Estado
MCA	Millennium Challenges Accounts de Timor-Leste
MCAE	Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos
MAE	Ministério da Administração Estatal
MD	Ministério da Defesa
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão
MF	Ministério das Finanças
MOP	Ministério das Obras Públicas
MESCC	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura
MI	Ministério do Interior
MPM	Ministério do Petróleo e Minerais
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
MACLN	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional
MDRHC	Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária
MAPPF	Ministério da Agricultura Pecuária, Pesca e Floresta

MCI	Ministério do Comércio e Industria
ME	Ministério da Educação
MPIE	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico
MTA	Ministério do Turismo e Ambiente
MJDAC	Ministério de Juventude, Desporto, Arte e Cultura
ANP	Autoridade Nacional do Petróleo
INSPTL	Instituto Nacional de Saúde Publica de Timor Leste
CNA	Comissão Nacional de Aprovisionamento
OGE	Orçamento Geral do Estado
PN	Parlamento Nacional
IPG	Instituto de Petróleo e Geologia
PPB	Planning Programming Budgeting
PCIC	Polícia Científica de Investigação Criminal
PNTL	Policia Nacional de Timor Leste
PR	Presidência da República
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PM	Primeiro-Ministro
PGR	Procuradoria-Geral da República
PDHJ	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça
APA	Agência Pública Autónomas
SEFOPE	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego
SECOOP	Secretaria de Estado de Cooperativas
SEI	Secretaria de Estado para a Igualdade
STAE	Secretariado Técnico da Administração Eleitoral
SERVE, I.P.	Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I.P.
SNAEM	Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SASCAS	Serviço de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social
SV	Salários e Vencimentos
SEAFAs	Serviços e Entidades com Autonomia Financeira Alargada
PED	Plano Estratégico Desenvolvimento

TATOLI, I.P.	TATOLI - Agência Nacional de Timor-Leste, I.P.
TIC TIMOR I.P.	Tecnologias da Informação e Comunicação I.P
TP	Transferências Publicas
TR	Tribunais
UNIMCS	Unidade de Missão para o Combate ao Stunting
UNTL	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
VPM-AE	Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos
VPM-AS	Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Sociais

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta as dotações orçamentais e despesas das Linhas Ministeriais e Secretários de Estado (LMSS), Agências Públicas e Institutos (PAIs) e da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) juntamente com as Autoridades Municipais. Além disso, o relatório irá analisar despesas e dados orçamentais utilizando diferentes dimensões categorias monitorizadas pelos sistemas orçamentais de Timor-Leste, como a classificação das funções do governo (COFOG), as categorias de apropriação económica e os setores definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030.

2. INTRODUÇÃO

2.1 Objetivo

A Direção Geral do Planeamento e Orçamento, através da Direção Nacional do Orçamento, pretende produzir três relatórios trimestrais e um relatório anual sobre as dotações, despesas, e realocações orçamentais em Timor-Leste. Os relatórios funcionam como fonte de informação para as partes interessadas do sector público, parceiros técnicos e financeiros, sector privado e sociedade civil em geral.

O Orçamento Geral do Estado de 2024 para Administração Central com \$2,072 mil milhões, para Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) com montante de \$62 milhões e para Segurança Social com \$482 milhões (inclui FRSS).

2.2 SCOPO

O presente Relatório descreve o desempenho da execução do Orçamento Geral do Estado ao longo do 3.º trimestre de 2025.

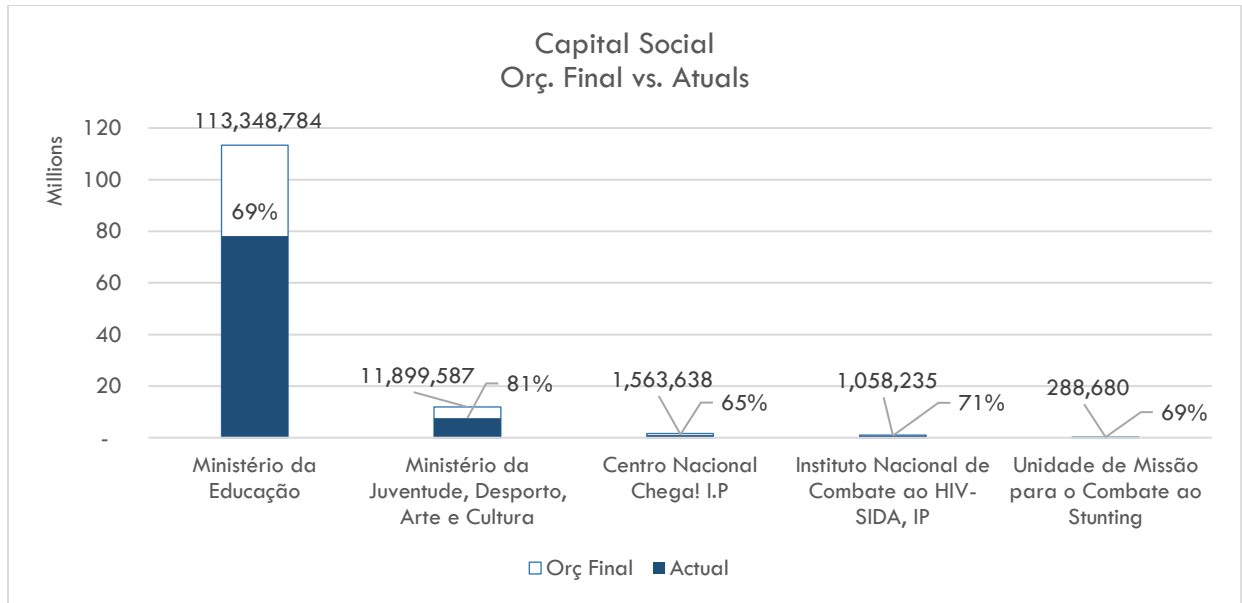
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)

Nesta seção, pretendemos oferecer uma visão abrangente da execução do orçamento por classificação através do Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030). O plano de Desenvolvimento Estratégico abrange quatro áreas principais: Capital Social, Desenvolvimento de

Infraestrutura, Desenvolvimento Económico e Enquadramento Institucional. No setor de Capital Social foca na construção de uma sociedade saudável e educada para atender às necessidades sociais do nosso povo e promover o desenvolvimento humano. No setor de Desenvolvimento Infraestrutura garantirá que nossa nação tenha a infraestrutura básica e produtiva necessária para construir uma nação sustentável, em crescimento e conectada. No setor de desenvolvimento económico para alcançar uma economia próspera e gerar empregos. Esses três diferentes aspetos do desenvolvimento de Timor-Leste serão construídos sobre uma estrutura institucional eficaz.

3.1 Capital Social

Gráfico 1: Setor Capital Social com maior execução orçamental – 3.º trimestre

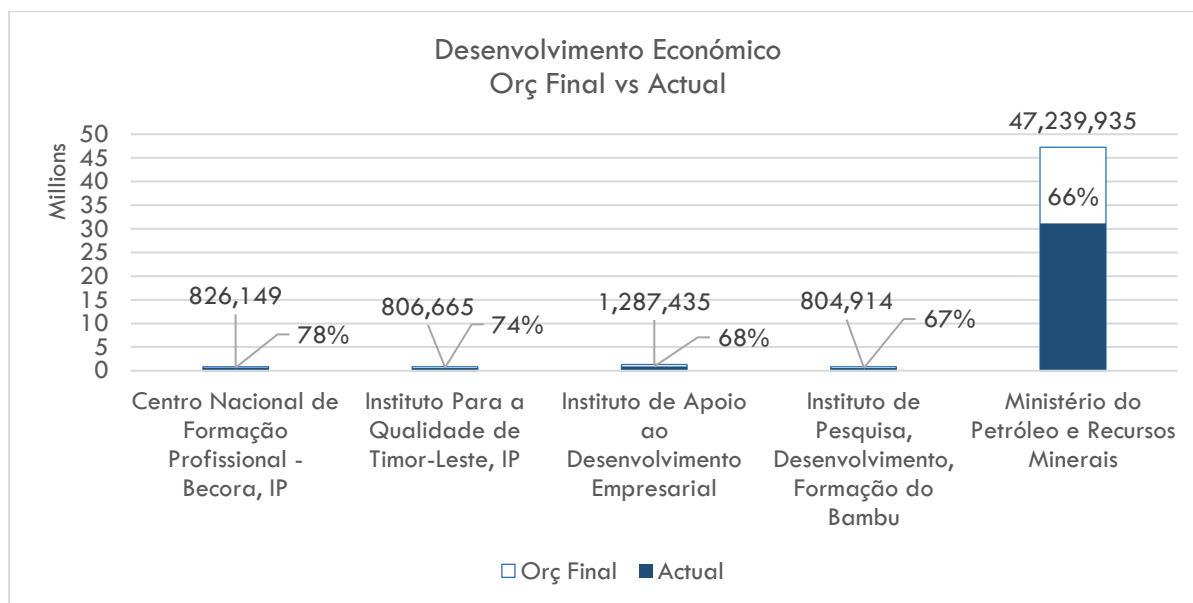


Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

O gráfico mostra que, no setor de Capital Social, a execução orçamental foi moderada, variando entre 65% e 81% entre as entidades. O Ministério da Educação teve a maior parte do orçamento (mais de 113 milhões), com 69% de execução orçamental, enquanto o Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura apresentou o melhor desempenho relativo a 81%. As outras entidades, Centro Nacional Chega! I.P., Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP e Unidade de Missão para o Combate ao Stunting — executaram entre 65% e 71%.

3.2 Setor Desenvolvimento Económico

Gráfico 2: Setor Desenvolvimento Económico com maior execução orçamental

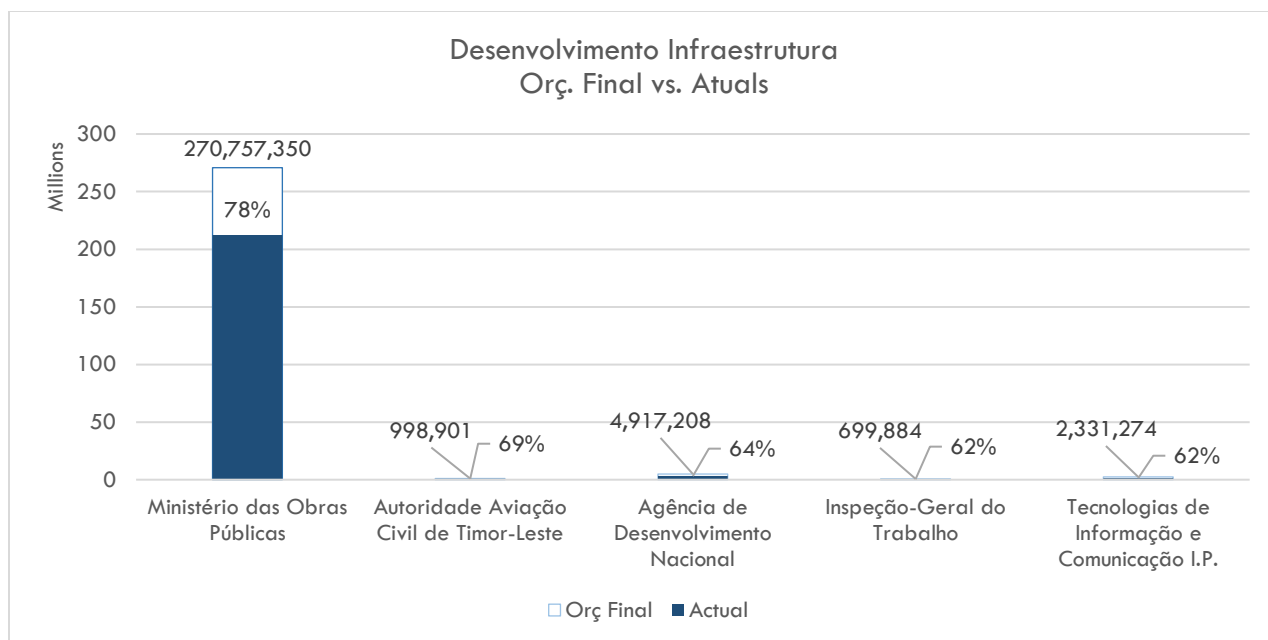


Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

No contexto do setor Desenvolvimento Económico, o gráfico mostra que até setembro de 2025, IQTL apresentou uma taxa de execução orçamental de 74%, seguido pelo Fronteira Marítima 72%. Enquanto IADE, IPDFB e MPRM apresentaram a taxa de execução orçamental de 68%, 67% e 66%, respetivamente.

3.3 Setor do Desenvolvimento Infraestrutura

Gráfico 3: Setor Desenvolvimento Infraestrutura com maior execução orçamental



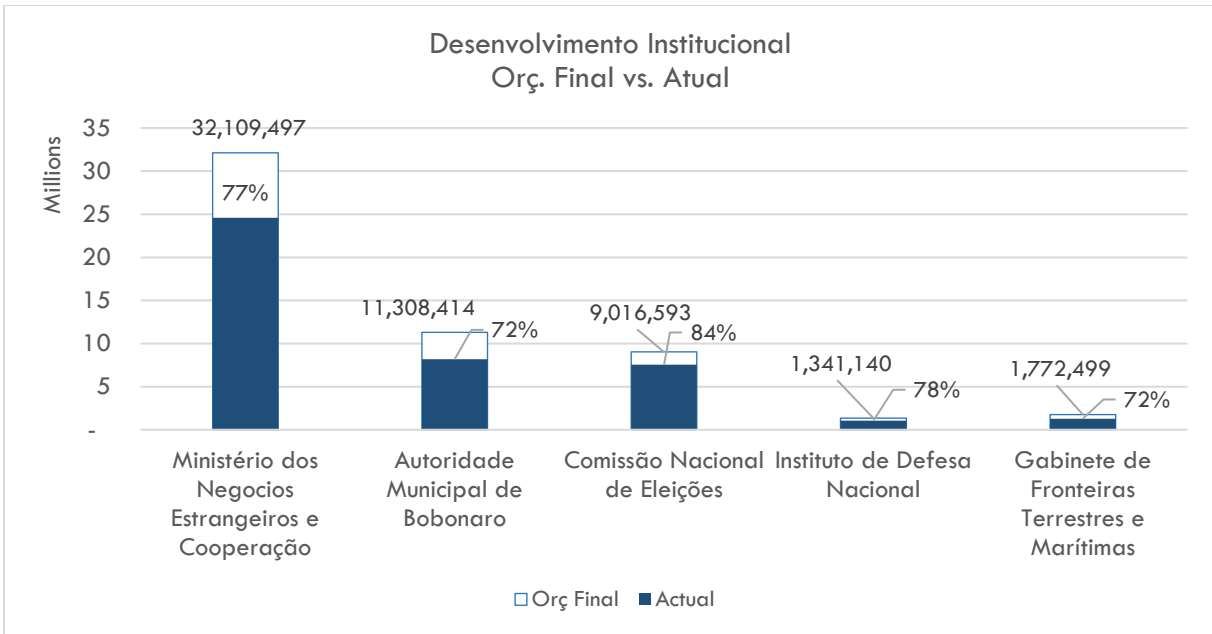
Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

No setor de Desenvolvimento Infraestrutura, FI apesar de ter maior orçamento alocado e apresentou maior taxa de execução orçamental de 83%. Tecnologia de Informação e Comunicação I.P. apresentou uma execução de 44%, enquanto Ministério das Obras Públicas apesar de ter o maior orçamento, correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 39%, com desempenho fraco nas despesas de capital. Já Agência Desenvolvimento Nacional registrou a maior execução orçamental relativa a 41%. AVCTL com taxa de execução orçamental de 38% e Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico com execução orçamental de 37%.

3.4 Setor Enquadramento Institucional

No setor Enquadramento Institucional o Primeiro-ministro (72%) e Presidência do Conselho de Ministro (62%) destacam-se com níveis de execução orçamental elevados. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação cumpre exatamente a meta, apresentou uma taxa de execução orçamental de 77%. Enquanto, as Autoridades Municipais de Manatuto e Laútem registram 49% da execução orçamental.

Gráfico 4: Enquadramento Institucional com maior execução orçamental

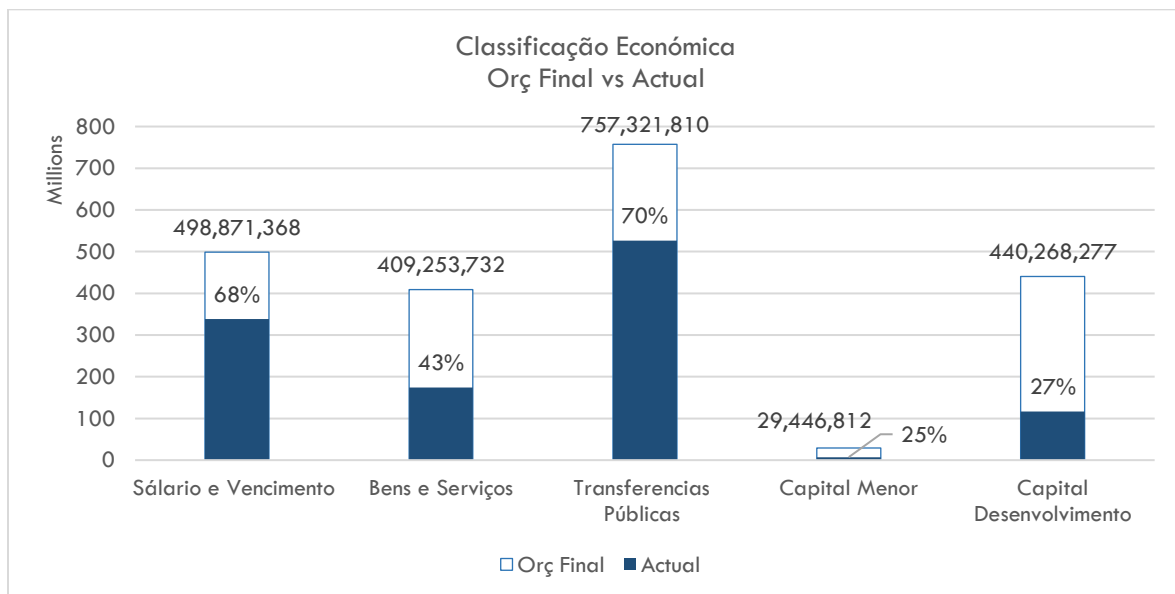


Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

4. Classificação Económica

No âmbito do OGE, o orçamento foi alocado a cinco categorias económicas. A categoria de Salários e Vencimentos representa 23% do total, Bens e Serviços correspondem a 19%, enquanto as Transferências Públicas absorveram a maior fatia, com 37%. Por outro lado, as menores fatias foram atribuídas a Capital Menor (1%) e Capital de Desenvolvimento (20%).

Gráfico 5: Execução das despesas por classificação económica – Administração Central

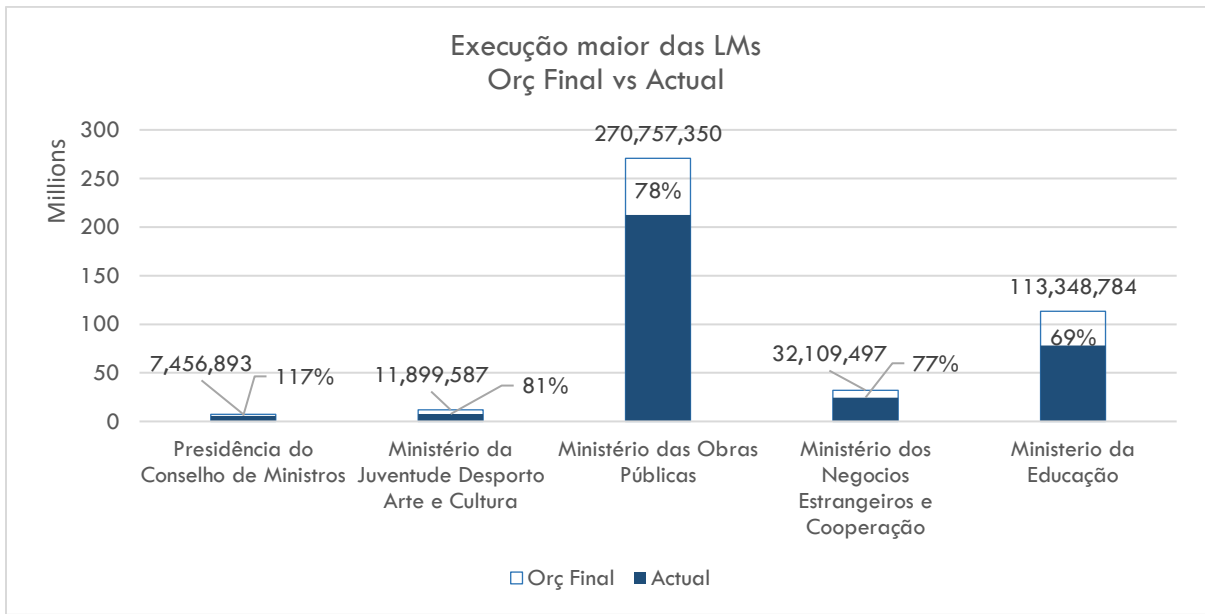


Até ao terceiro trimestre, a execução orçamental por classificação económica revela um bom desempenho nas despesas correntes, mas fraca execução nas despesas de capital. As Transferências Públicas apresentam a maior taxa de execução (70%), seguidas de Salário e Vencimento com 68%. Já Bens e Serviços registam apenas 43%, indicando alguma lentidão na execução. As categorias de Capital Menor (25%) e Capital de Desenvolvimento (27%) apresentam os níveis mais baixos, refletindo atrasos na implementação de investimentos.

5. Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autónomas

5.1 Maior orçamento alocado nas LMs com sua execução

Gráfico 6: LMs com melhor desempenho na execução orçamental

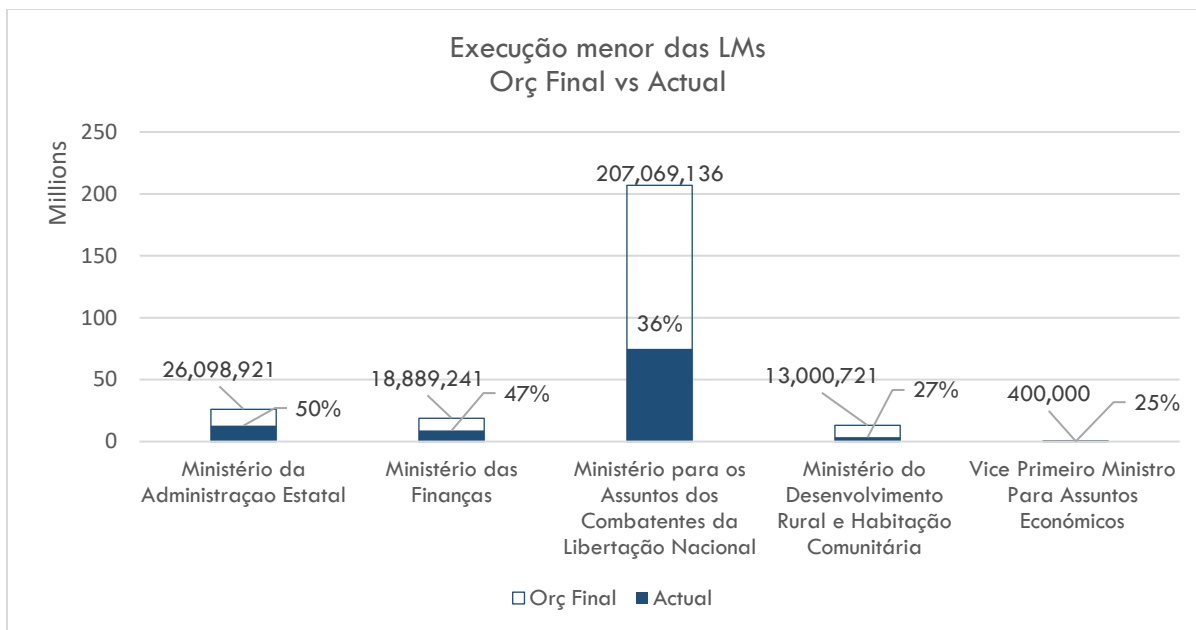


Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

Identificaram-se cinco LMs com maior taxa de execução no 3.º trimestre, nomeadamente o PCM (117%), o MJDAC (81%), o MNEC (77%), o MOP (78%) e o ME (69%).

5.2 LMs que apresentam o desempenho menor no 3º trimestre

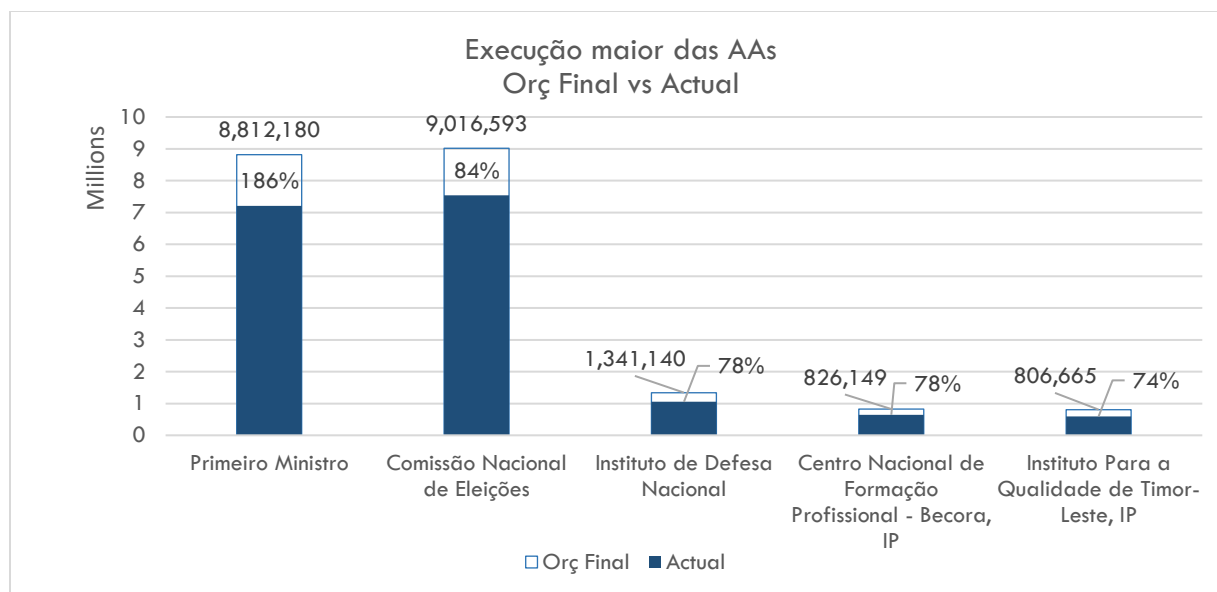
Gráfico 7: LMs com nível de execução inferior



O Gráfico 8 apresenta as entidades com a menor taxa de execução orçamental: MDRHC (27%), VPM – Assuntos Económicos (25%), MACLN (36%), MOF (47%) e MAE (50%). Verifica-se que o VPM apresenta 0% de execução nas categorias de Capital Menor e Transferências Públicas. O MACLN regista uma execução reduzida de apenas 10%, enquanto o MDRHC, na categoria de CD, demonstra uma execução orçamental muito baixa, de apenas 6%, não havendo execução nas categorias de Capital Menor e Transferências Públicas. Já o MOF apresenta, na categoria de CD, uma taxa de execução de apenas 5%.

5.3 AAs com maior execução

Gráfico 8: AAs com melhor desempenho na execução orçamental

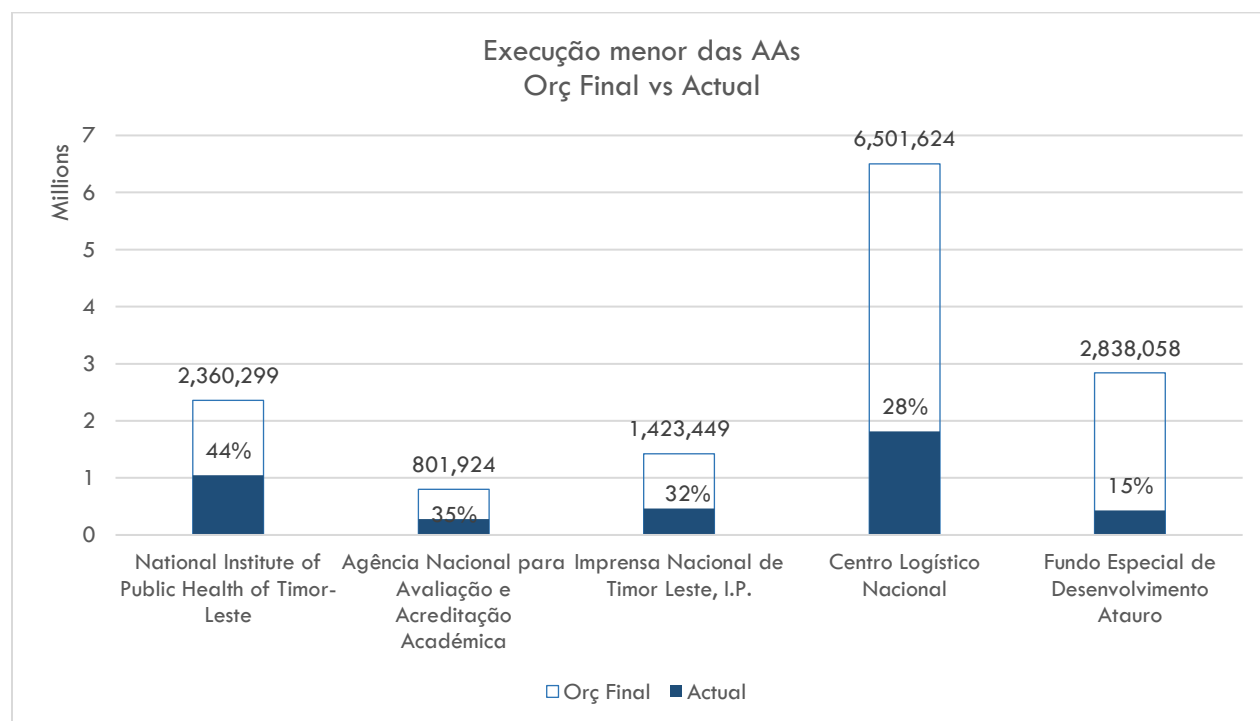


Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

Até ao 3.º trimestre, registou-se uma execução elevada nas Agências Autónomas, nomeadamente na PM (186%), CNE (84%), IDN (78%), CNFP (78%) e IQTL (74%).

5.4 Agencias Autónomas com menor execução

Gráfico 9: Com nível de execução inferior



Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

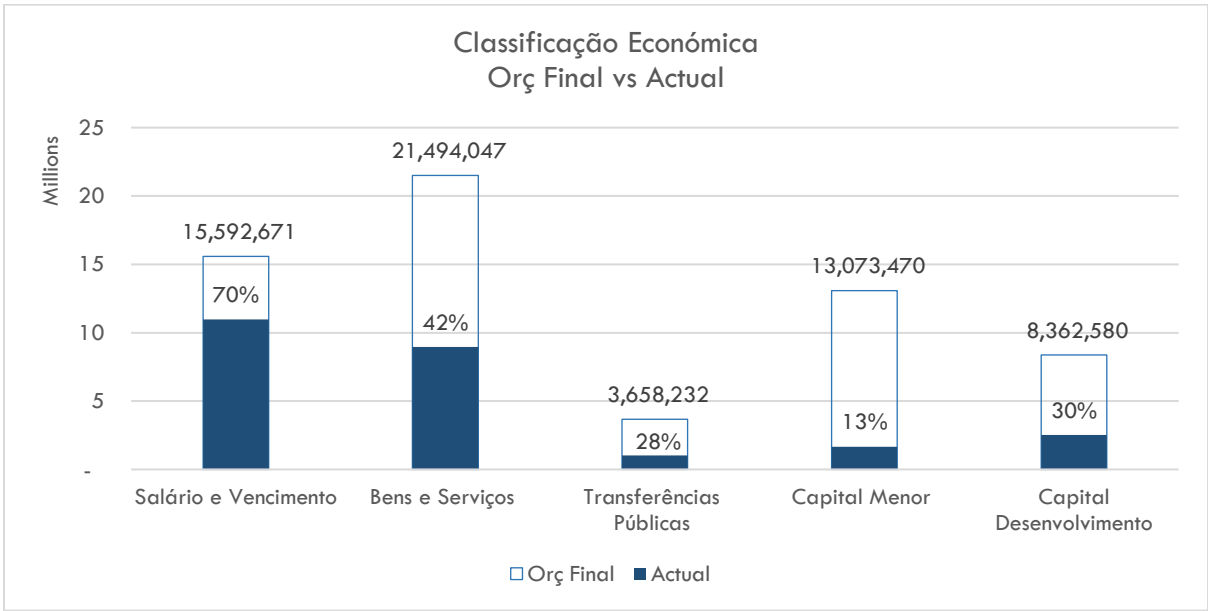
A menor taxa de execução orçamental foi registada pelo FEDA Ataúro (15%), CLN (28%), MCATL (0%), INTL (32%), ANAAA (35%) e SNAEM (44%). Verifica-se que o FEDA apresenta uma execução orçamental reduzida na categoria de CD, com apenas 4%. O CLN ainda não registou despesas em Capital Menor, enquanto, na categoria de Transferências Públicas, atingiu apenas 25% de execução. A ANAAA não apresentou execução na categoria de CD (0%), e o SNAEM também não registou execução no Capital Menor (0%). Já o INTL não registou quaisquer despesas na categoria de CD.

6. Orçamento alocado nas categorias económicas para Subsetor RAEOA

O orçamento atribuído ao Subsector RAEOA foi de 62 milhões de dólares, dos quais 36 milhões foram destinados à Autoridade RAEOA-ZEEMS e 26 milhões ao FED RAEOA. Até ao 3.º trimestre, foram executados aproximadamente 25,1 milhões de dólares, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 40%.

6.1 Subsetor RAEOA

Gráfico 10: Execução das despesas por classificação económica – Subsetor RAEOA



Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

O gráfico mostra o desempenho da execução orçamental da RAEOA do 3º trimestre. A categoria com maior orçamento alocado foi em Salário e Vencimento (\$15 milhões), executou 70%. Bens e serviços contou com aproximadamente \$21 milhões, mas executou 42%. Maior gastos foi na

atividade de *combustível para gerador*. Já na categoria de Transferências Públicas com orçamento de \$3.6 milhões, teve execução de 28% e CD com 30% de execução orçamental. O capital Menor apresenta taxa de execução orçamental baixa de 13%.

6.2 Programas do Subsetor RAEOA

Em 2025, a RAEOA apresentou 27 programas. O programa de *Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais* registou o maior nível de execução orçamental (62%), enquanto o programa de *Cultura e Património* apresentou a menor execução (8%). Os restantes programas registaram taxas de execução que variam entre 9% e 60%, respetivamente. Verifica-se que alguns programas não apresentaram qualquer execução orçamental, nomeadamente os de *Transportes, Segurança Nacional e Água e Saneamento*.

Tabela 1: Programas integrados no Subsetor RAEOA

Programas	Orç Final	Actual	%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	22,371,343	12,698,211	57%
867 Desenvolvimento e Fortalecimento de Áreas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	7,851,182	2,227,942	28%
521 Educação Básica	1,436,608	528,611	37%
392 Acesso à Justiça	1,261,189	168,494	13%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	1,181,583	733,238	62%
529 Cuidados de saúde secundários e terciários	757,222	244,828	32%
980 Inclusão Social	314,965	49,775	16%
983 Investimento e Diversificação Económica	189,498	17,872	9%
502 Transportes	146,700	-	0%
522 Ensino Secundário	77,100	33,955	44%
520 Educação pré-escolar	74,540	27,005	36%
A40 Pecuária, Veterinária e Tecnologia	72,720	23,010	32%
A41 Pesca, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	62,793	11,131	18%
982 Turismo	51,147	17,958	35%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	35,508	6,154	17%

Programas	Orç Final	Actual	%
366 Segurança Nacional	32,500	-	0%
A42 Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	29,400	5,500	19%
528 Cuidado da Saúde Primária	26,225	15,844	60%
024 Cultura e Património	18,000	1,485	8%
798 Água e Saneamento	7,250	-	0%
523 Educação recorrente	4,000	450	11%
Total	36,001,473	16,811,461	47%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

6.3. Programas de FED RAEOA

Tabela 2: Programa do FED RAEOA

Programas	Orç Final	Actuals	Execução
026 Estradas e Pontes	9,800,000	1,667,919	17%
802 Eletricidade	8,503,543	5,141,307	60%
809 Aeroporto	2,886,667	588,825	20%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,302,140	774,442	59%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	970,000	-	0%
314 Bolsa de Estudo	954,982	149,210	16%
798 Água e Saneamento	655,000	-	0%
867 Desenvolvimento e Fortalecimento de Áreas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	370,000	-	0%
983 Investimento e Diversificação Económica	202,195	-	0%
528 Cuidado da Saúde Primária	200,000	-	0%
521 Educação Básica	180,000	-	0%

Programas	Orç Final	Actuals	Execução
520 Educação pré-escolar	70,000	-	0%
874 Portos	70,000	-	0%
982 Turismo	15,000	-	0%
Total	26,179,527	8,321,704	32%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

O FED RAEOA implementou 14 programas, sendo o programa de Eletricidade aquele que apresenta a maior taxa de execução orçamental (60%), enquanto 9 programas registaram uma taxa de execução de 0%.

7. Fundos Especiais

7.1 Fundo Infraestrutura

O orçamento alocado no FI é destinado ao desenvolvimento e manutenção de projetos e infraestrutura, ou seja, os orçamentos alocados geralmente utilizados para financiar uma variedade de projetos. Em 2025, o FI implementou 27 programas com um orçamento montante de \$312 milhões, gastos foram \$84,7 milhões resultando em 27% da execução orçamental.

Tabela 3: Programas do FI com seus respectivos gastos

Programa	Orç Final	Actual	Execução
026 Estradas e Pontes	144,677,012	42,210,333	29%
809 Aeroporto	29,645,269	2,042,435	7%
A18 Implementação do Projeto Tasi Mane na Costa Sul do país	27,807,512	-	0%
977 Manutenção, Reabilitação e Resposta às Estruturas Danificadas pela Calamidade	23,602,388	8,554,046	36%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	18,120,500	8,292,632	46%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	9,845,325	2,565,221	26%
A08 Tecnologia de Informação e Comunicação	9,023,463	8,934,235	99%
802 Eletricidade	7,938,133	1,643,784	21%
023 Gestão Financeira Pública	5,597,898	2,028,316	36%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	4,282,319	2,529,735	59%
798 Água e Saneamento	3,948,531	334,196	8%

Programa	Orç Final	Actual	Execução
529 Cuidados de saúde secundários e terciários	3,809,341	978,607	26%
528 Cuidado Primário à Saúde	3,800,000	96,627	3%
983 Investment and Economic Diversification	3,098,794	24,110	1%
980 Inclusão Social	2,431,633	1,782,632	73%
171 Trazendo os Serviços dos Tribunais Populacionais	2,368,290	-	0%
366 Segurança Nacional	2,108,770	1,554,816	74%
024 Cultura e Património	1,920,000	414,181	22%
388 Defesa Nacional	1,711,749	460,484	27%
982 Turismo	1,386,214	-	0%
521 Educação Básica	1,382,271	244,028	18%
522 Ensino Secundário	1,331,485	-	0%
984 Ordenação do Território	1,029,849	-	0%
874 Portos	779,932	84,556	11%
392 Acesso à Justiça	300,000	-	0%
A41 Pesca, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	150,000	-	0%
439 Garantir a liberdade de expressão e o acesso à informação	106,940	-	0%
Total	312,203,618	84,774,972	27%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

Entre os programas apresentados, o de Tecnologias de Informação e Comunicação registou o nível de execução mais elevado, com 99%, enquanto o programa de Investimento e Diversificação Económica apresentou uma execução de 1%. Os restantes programas registaram níveis de execução entre 3% e 74%, respetivamente. Os programas como Implementação do Projeto Tasi Mane na Costa Sul do país, Trazendo os Serviços dos Tribunais Populacionais, Turismo, Ensino Secundário, Ordenação do Território, Acesso à Justiça, Pesca, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos e Garantir a liberdade de expressão e o acesso à informação apresentaram 0% da execução orçamental.

7.3 Fundo Desenvolvimento do Capital Humano

Tabela 4: Execução orçamental dos programas implementados pelo FDCH

Programas	Orç. Final	Actual	Execucao %
314 Bolsa de Estudo	13,732,021	8,146,326	59%
313 Treinamento Técnico	2,216,482	1,429,302	64%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,801,261	1,137,194	63%
304 Qualificação Profissional	1,223,780	821,558	67%
Total	18,973,544	11,534,379	61%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

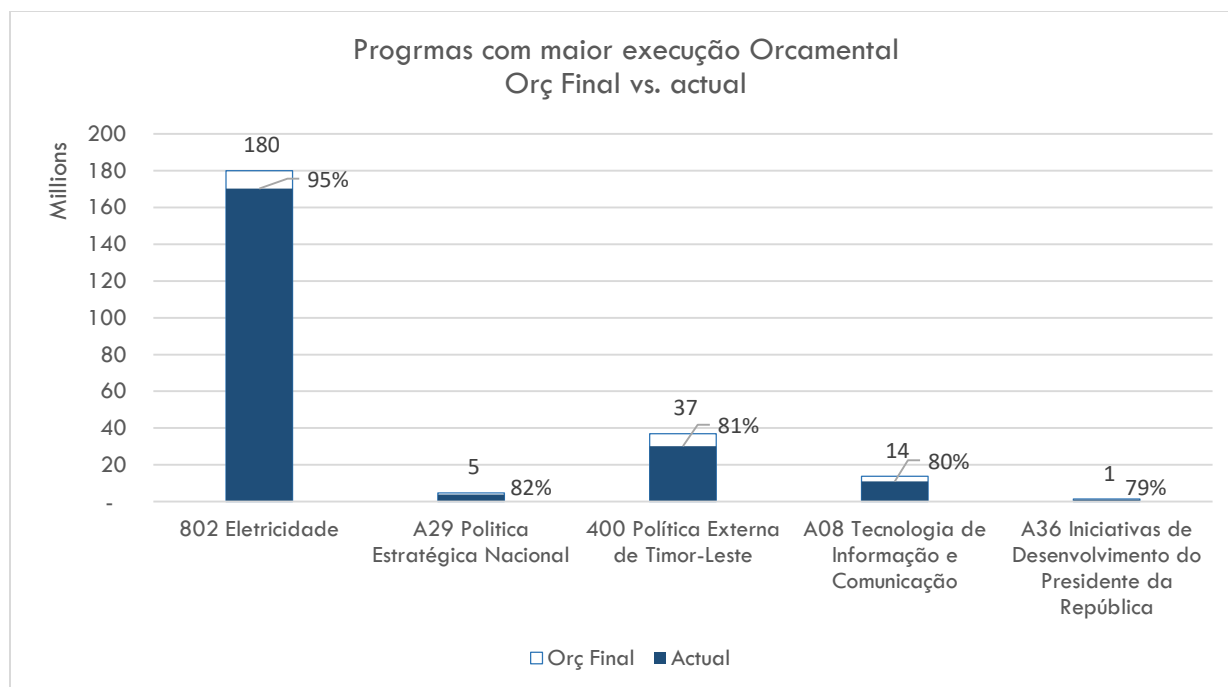
FDCH implementa 4 programas conforme mostra no gráfico. O programa de *Bolsas de Estudo*, com maior orçamento, executou apenas 59%. Enquanto *Qualificação Profissional* com execução mais elevado 67%, e programas de *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional* e *Formação e Profissional* corresponderam a uma taxa de execução de 63% e 64%, respetivamente.

8. Orçamento por Programas

No OGE de 2025, implementou 77 programas, 552 subprogramas e 3024 atividades. No gráfico a seguir apresenta programas que corresponderam maior e menor execução orçamental até ao 3º trimestre.

8.1 Programas com maior execução

Gráfico 11: Execução orçamental por programas



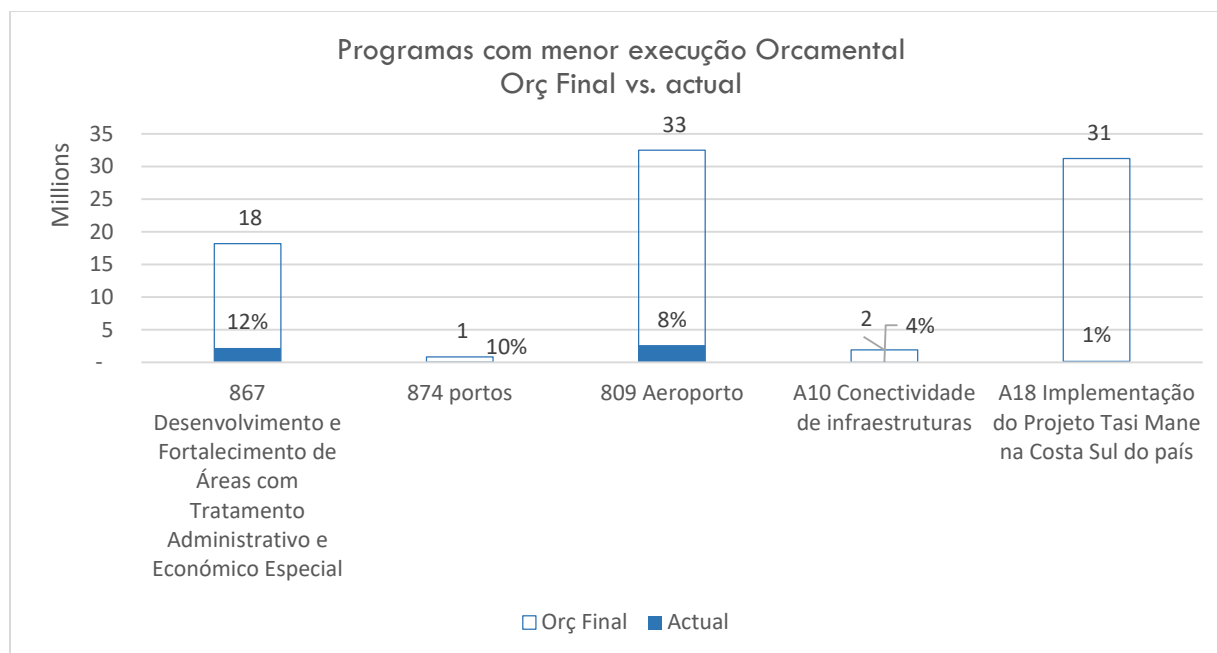
Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

Conforme apresentado no Gráfico 11, o programa de *Eletricidade* registou a maior execução orçamental (95%), sendo implementado pelo MOP, FI e FED RAEOA. Seguem-se os programas de *Política Estratégica Nacional* (82%), *Política Externa de Timor-Leste* (81%), *Tecnologia de Informação e Comunicação* (80%) e *Iniciativa de Desenvolvimento do Presidente da República* (79%).

8.2 Programas com execução menor

Identifica-se que os programas com menor taxa de execução orçamental, apresentados no gráfico, foram implementados pela RAEOA, pelo FED RAEOA e pela DGE (Programa 876), bem como pelo FED e FI (Programas 874 e 809). O programa A10 foi implementado pela FEDA, enquanto o programa A18 foi implementado pela FI, MPRM e ANP.

Gráfico 12: Execução orçamental dos Programas



Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

9. Autoridades Municipais

O orçamento alocado às Autoridades Municipais em 2025 foi de 124 milhões de dólares. A execução orçamental, de janeiro a setembro, conforme apresentado na tabela abaixo, destaca os municípios de Baucau e Bobonaro como aqueles que registaram a maior taxa de execução, de 72%. Por outro lado, o município de Ataúro apresentou a menor taxa de execução, com apenas 46%. Os restantes municípios registaram taxas de execução que variam entre 55% e 71%, respetivamente. Verifica-se ainda que a Autoridade Municipal de Ataúro não apresentou despesas de capital, enquanto as Autoridades Municipais de Aileu, Covalima e Ermera registaram 0% de execução na categoria de Capital Menor.

9.1 Orçamento alocado nas Autoridades Municipais

Tabela 5: Execução orçamental das Autoridades Municipais

Autoridades Municipais	Orç Final (\$Milhões)	Actual (\$Milhões)	Taxa de Execução
AM de Dili	19.2	11.4	60%
AM de Ermera	12.9	7.8	61%
AMde Baucau	12.4	8.9	72%

Autoridades Municipais	Orç Final (\$Milhões)	Actual (\$Milhões)	Taxa de Execução
AM de Bobonaro	11.3	8.2	72%
AMde Viqueque	10.0	5.6	55%
AM de Lautém	8.7	6.2	71%
AMde Covalima	8.3	5.3	64%
AM de Ainaro	7.9	5.0	64%
AM de Manufahi	7.7	5.1	66%
AM de Liquiçá	7.6	5.1	68%
AM de Manatuto	7.5	5.3	70%
AM de Aileu	7.5	4.7	63%
AM de Atauro	2.6	1.2	46%

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

9.2 Programas da AMs

As Autoridades Municipais implementam um total de 21 programas, dos quais 2 não têm orçamento alocado,

Gráfico 13: Programas implantados pelas Autoridades Municipais

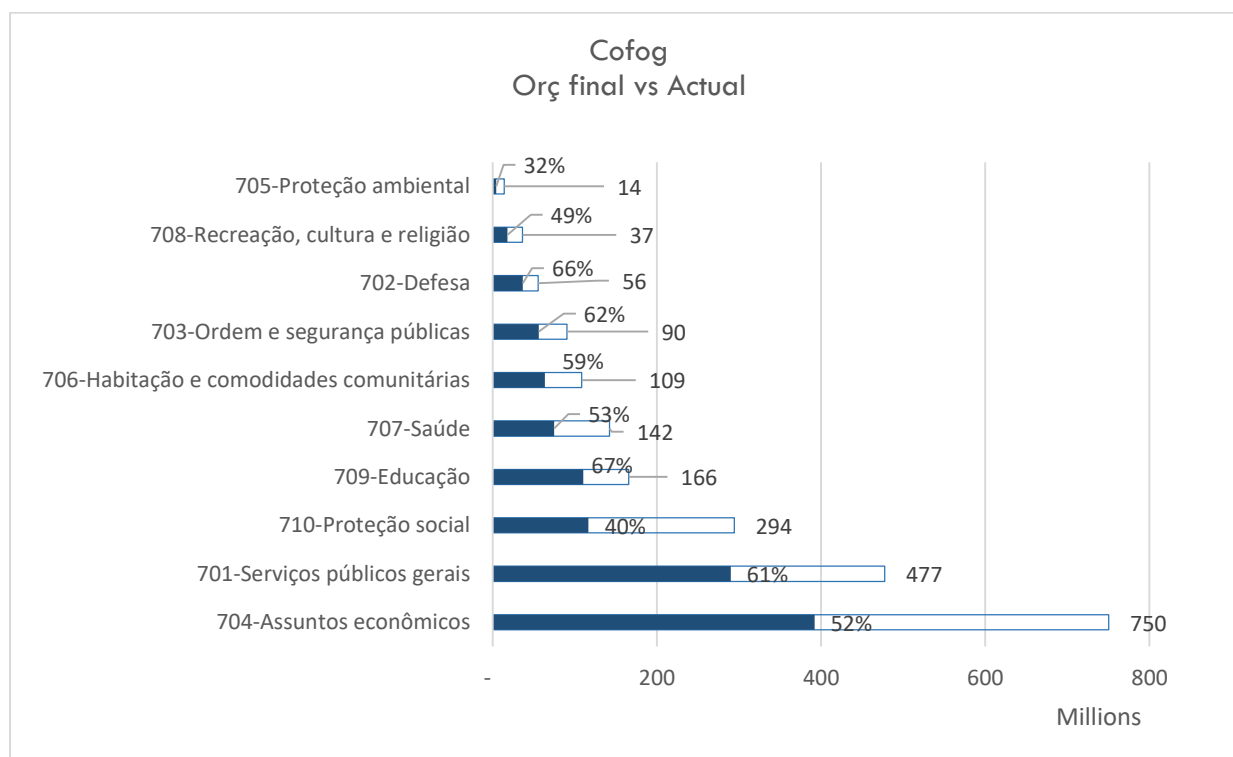
Programa	Orçamento Final	Atual	Execução
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	35,630,000	21,680,092	61%
025 Descentralização Administrativa e Poder local	33,845,520	21,997,141	65%
521 Ensino Básico	28,020,505	20,531,860	73%
798 Água e Saneamento	6,296,912	3,351,824	53%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e de Plantas Industriais e Anuais	4,887,970	3,320,729	68%
528 Cuidado de Saúde Primários	4,085,090	2,840,163	70%
520 Educação Pré-escolar	3,605,475	2,524,677	70%
026 Estradas e Pontes	1,972,569	943,414	48%
980 Inclusão Social	1,351,819	744,342	55%
366 Segurança Nacional	954,226	448,485	47%
983 Investimento e Diversificação Económica	816,045	426,537	52%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	579,124	253,587	44%
982 Turismo	574,850	305,408	53%
392 Acesso à Justiça	512,379	269,393	53%

Programa	Orçamento Final	Atual	Execução
523 Ensino Recorrente	167,140	112,485	67%
A40 Pecuária, Veterinária e Tecnologia	95,346	54,928	58%
805 Saúde	78,421	20,288	26%
502 Transportes	68,740	13,194	19%
A42 Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	65,093	18,475	28%
A32 Aumento Sustentável da Produtividade e Produção	3,000	-	0%
979 Educação e Formação	-	-	-

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

10. COFOG

Gráfico 14: COFOG



Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

O gráfico apresenta a execução orçamental por função COFOG. Observa-se que as áreas com maior execução orçamental são Defesa (66%), Educação (67%), Ordem e Segurança Pública (62%) e serviços Gerais (61%). Já as menores execuções registram-se em Proteção Ambiental (32%) e Proteção Social (40%). O maior montante orçamentado corresponde aos Assuntos Económicos (750 milhões).

11. Virement

De acordo com o artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 43/2024, de 20 de dezembro, que trata das alterações orçamentais, as transferências entre diferentes categorias dentro do mesmo programa, ou entre programas destintos de um mesmo título orçamental, não pode exercer 20% do valor da dotação orçamental.

Tabela 6: Top 5 Entidades que realizaram maior virement no 3.º trimestre

Entidades	Categoria
Ministerial da Saúde	BS 495,010 TP 263,660 TP 160,000 CM 344,349
Ministério das Obras Publicas	SV 80,000 BS 4,065,337 TP 4,840,400 CM 695,063
Ministério da Educação	SV 330,804 BS 357,580 TP -112,664 CM 108,000
Ministério do Comercio e Industria	BS 465,391 SV 465,391
Ministério da Solidariedade Social Inclusão	SV 888,082 BS 208,589 TP 679,494

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

Ministério da Saúde: orçamento de Bens e Serviços foi transferido para Capital Menor para aquisição de equipamentos médicos, equipamentos ICT, perfil para assegurar abastecimento de água potável e solar sel para colocar no 65 posto de saúde. Bens e Serviços para Transferências Publicas cobrir custo do bilhete de viagem para pacientes tratamento no estrangeiro. E também pagamento do custo incentivo voluntario para comunitária em Município.

Ministério das Obras Públicas: Bens e serviços suportam o orçamento, incluindo salario e Vencimento para pagamento de remunerações, assim como capital menor para aquisição de bens de capital, bem como as transferências públicas destinadas ao capital menor.

Ministério do Petróleo Recursos e Minerais: BS para SV apresenta um volume de trabalho elevado, sobretudo no que se refere aos programas principais, além do setor petrolífero, estando igualmente ligada ao projeto da Costa Sul e ao setor mineral como parte do processo de

diversificação económica. Este aumento de responsabilidade implica a necessidade de reforço de recursos em áreas específicas, com vista a apoiar, acompanhar e facilitar os serviços necessários para o alcance das metas definidas, incluindo a realização de alguns estudos previstos para o período de um ano.

Ministério da Educação: BS para CM para aquisição de equipamento informática e aquisição de motorizadas para inspetores escolares de 13 Município inclui RAEOA. TP e BS para SV para pagamento do salario dos professores e funcionários. BS para TP para pagamento de salário dos 4 pesquisadores e dois técnicos no Infordepe.

Ministério da Solidariedade Social e Inclusão: Bens e serviços e transferências públicas ao Salario e Vencimento para pagamento de funcionários foram consideradas insuficientes face ao orçamento alocado. Alem disso, o montante de US\$ 10,254 foi destinado ao pagamento do subsídio de medical check-up do membro Governo.

12. Receitas

Receitas previstos para o ano de 2025 para Administração Central foi de 2,072 mil milhões e para RAEOA foi de \$62.1milhoes. As receitas recolhidas desde período de Janeiro a Junho para Administração Central a aproximadamente \$636.9 milhões resulta em 31% e para RAEOA com apenas 0,4%.

12.1 Receitas da Administração Central

Tabela 7: Receitas recolhidas – Administração Central de Janeiro até Setembro

(\$ Milhões)

Rubrica/Subrubrica	Orç Previsto	Recolhido
401: Impostos e Contribuições para a Segurança Social	212,080,154	134,714,981
40101: Impostos	185,494,311	121,851,630
40102: Direitos Aduaneiros de Importação	26,585,843	12,863,352
402: Taxas, coimas e outras penalidades	28,873,385	16,029,333
40201: Taxas	28,818,300	15,265,268
40202: Coimas e Outras Penalidades	55,085	764,065
403: Rendimentos	7,256,591	5,020,335

Rubrica/Subrubrica	Org Previsto	Recolhido
40301: Rendas	908,091	2,856,116
40303: Juros	6,348,500	2,164,219
404: Transferências	1,570,073,539	554,377,514
40401: Transferências Correntes do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado	551,949,714	551,949,714
40403: Transferências Correntes de Sociedades	-	-
40406: Transferências do Exterior	9,000,000	2,427,800
40408: Transferências de Capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado	1,009,123,825	-
405: Venda de Bens e Serviços	9,697,331	2,901,685
40501: Venda de Bens Corentes	1,009,148	1,331,958
40502: Vendas de Bens de Capital	8,410,285	1,123,043
40503: Serviços Correntes	277,898	446,685
406: Ativos e passivos financeiros	45,000	-
407: Reposições não Abatidas nos Pagamentos	-	10,662,965
408: Saldo de Gerência	200,000	-
409: Outras Operações Extraorçamentais	-	3,954,860
40901: Adiantamentos de caixa	-	23,178
40902: Retenção de impostos e cotizações	-	3,883,259
40904: Outras Operações Extraorçamentais	-	48,424
Total	2,072,981	727,661,7

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

A execução orçamental até agora é de aproximadamente 35% do total previsto (727,7M de 2,07B). Algumas rubricas superaram a previsão, como rendas (40301) e coimas (40202), enquanto outras ainda apresentam baixa execução, como vendas de bens de capital, serviços correntes (40502 e 40503) e transferências de capital acima do Rendimento Sustentável Estimado (40408). Transferências do Fundo Petrolífero (40401) foram totalmente executadas, enquanto algumas rubricas importantes ainda não registaram entrada, como ativos e passivos financeiros (406) e saldo de gerência (408). Receitas extraorçamentais (407 e 409) contribuíram com entradas não previstas, reforçando a arrecadação.

12.2 Receitas da REAOA

Tabela 8: Receitas da REAOA de Jan até Setembro

(\$ Milhoes)

Rubricas/Subrubricas	Orç Previsto	Recolhido
401: Impostos e Contribuições para a Segurança Social	-	260,548
40101: Impostos	-	260,548
402: Taxas, coimas e outras penalidades	168,000	108,189
40201: Taxas	161,000	98,014
40202: Coimas e Outras Penalidades	7,000	10,175
403: Rendimentos	67,350	4,752,707
40301: Rendas	17,350	4,195,452
40303: Juros	50,000	557,255
404: Transferências	10,000,000	-
405: Venda de Bens e Serviços	479,840	310,697
40501: Venda de Bens Correntes	9,840	15,233
40502: Vendas de Bens de Capital	-	-
40503: Serviços Correntes	470,000	295,463
408: Saldo de Gerência	51,465,810	-
409: Outras Operações Extraorçamentais	-	380,554
40902: Retenção de impostos e cotizações	-	85,483
40903: Cauções e garantias	-	295,072
Total	62,181,000	15,812,695

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025

A execução orçamental até agora é de cerca de 25% do total previsto (15,8M de 62,2M), mostrando execução baixa. Algumas rubricas superaram a previsão, como rendimentos (403), especialmente rendas, enquanto outras, como taxas, serviços correntes (402 e 405), estão abaixo do previsto. Rubricas importantes, como transferências (404) e saldo de gerência (408), ainda não registaram entrada. Além disso, receitas extraorçamentais (409) arrecadaram 380,554, sem previsão inicial. No geral, há execução desigual, com receitas extraordinárias compensando parcialmente a baixa execução de outras rubricas, exigindo acompanhamento próximo e revisão das previsões.

Anexo I: Transferência orçamental realizada pela Dotação Geral do Estado no 3.º trimestre.

ENTIDADES	SV	BS	TP	CM	CD
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura.	-	1,283,901.06	220,860.00	-	-
Ministério Turismo e Ambiente	-	98,027.00			
Ministério do Interior	-	-	169,125.00	-	-
Total	-	1,381,928.06	389,985.00	-	-

Fontes: GRP-MoF, 30 de Setembro de 2025